

Renovação conciliar e identidade episcopal: o perfil original de Paulo Evaristo Arns

Conciliar Renewal and Episcopal Identity: The
Original Profile of Paulo Evaristo Arns

**João Décio Passos*

Resumo

O Vaticano II abriu uma temporada de renovação que exigiu reconstruções dos perfis e funções dos diversos sujeitos eclesiais. A identidade episcopal foi reconstruída no interior das construções implicadas do *aggiornamento* conciliar. Como negociação entre modelos instituídos do passado e novas orientações do presente, foi uma identidade nova assumida pelos que aderiam de modo radical à eclesiologia conciliar. Na medida em que a recepção do Concílio avançava novos modos de viver e exercer o ministério episcopal podiam ser visibilizados na América Latina. O arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, notabilizou-se como uma das figuras emblemáticas dessa renovação.

Palavras-chave: Aggiornamento; Igreja; Episcopado; Identidade; Ministério

Abstract

Vatican II opened a season of renewal which required reconstructions of the profiles and functions of the various ecclesial subjects. Episcopal identity was reconstructed within the implicit constructions of the conciliar *aggiornamento*. As a negotiation between instituted models of the past

^oDoutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Livre Docente em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Editor da Editora Paulinas. Contato: jdpassos@pucsp.br

Revista de Cultura
Teológica

Texto enviado em
26.10.2021
Aprovado em
28.12.2021

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

and new orientations of the present, it was a new identity assumed by those who adhered radically to the conciliar ecclesiology. As the reception of the Council progressed new ways of living and exercising episcopal ministry could be seen in Latin America. The Archbishop of São Paulo, Paulo Evaristo Arns, became one of the emblematic figures of this renewal.

Keywords: Aggiornamento; Church; Episcopate; Identity; Ministry

Introdução

Os bispos não nascem prontos de suas nomeações e ordenações, ainda que certos padrões comportamentais possam induzir essa percepção. Ao contrário, vão se tornando pastores, segundo os padrões que adotam como valores performativos de suas missões/identidades. Na verdade, todas as funções são construídas nesse processo mais ou menos contínuo, a depender de fatores externos ou internos relacionados a cada sujeito concreto. Isso significa dizer que as identidades são construídas e não fixas; ao contrário, elas podem ser reconstruídas/reconstruídas com o passar do tempo. A igreja do pós-concílio passou por um processo de construção identitária de seus projetos e sujeitos, o que adquiriu fisionomias concretas em cada realidade. A construção de novas identidades eclesiais adquiriu dinâmicas muitas vezes intensas e visíveis, na medida em que as orientações conciliares eram recepcionadas pelas igrejas locais. O ministério episcopal participou desse processo, na exata medida da sensibilidade de cada pastor para com o *aggiornamento* conciliar, uma vez que o padrão anterior permanecia fornecendo referências para o exercício da função e para as próprias personalidades episcopais.

A renovação desencadeada pelo Vaticano II provocou impactos diferenciados nas igrejas e nas funções eclesiais treinadas na rotina tridentina. Muitos bispos refizeram não somente suas vidas pessoais, mas também os próprios perfis de seus ministérios, respondendo aos desafios oferecidos pela teologia do episcopado presentes nos documentos conciliares, particularmente na *Lumen Gentium* e *Christus Dominus*. Ainda no calor da hora conciliar, o conhecido Pacto das Catacumbas significou um primeiro esforço de estabelecer parâmetros concretos

para o exercício desse ministério em consonância com o espírito conciliar. Após o encerramento do grande evento, iniciou-se a fase de recepção, o que, em boa medida, significava conclusão prática ou a construção concreta do Concílio em cada realidade eclesial. As decisões conciliares não foram uniformizadas canonicamente como fora feito em Trento. A era conciliar significava concretamente uma fase de construção de um modo renovado de ser igreja por todo o povo de Deus. Os sujeitos eclesiais foram reconstruindo-se em suas funções e renovando suas identidades nas diversas localidades e frentes de ação. O novo se mostrava nos projetos e nas próprias personalidades a esses diretamente associadas.

A presente reflexão situa a pessoa de Dom Paulo Evaristo Arns nessa dinâmica de construção identitária, no contexto da América Latina, do Brasil e de São Paulo. Um novo perfil de bispo foi sendo construído pelo continente afora em sintonia com os marcos identitários disponíveis, feitos de referências anteriores e posteriores ao Concílio, e em sintonia orgânica com os projetos de igreja que tomavam forma em cada realidade. Como ocorreu com outras dimensões da vida eclesial, o ministério episcopal se refez sem fórmulas precisas e fixas, mas na abertura criativa às provocações renovadoras do Concílio. O Cardeal Arns desponta como figura original que vai se tornando cada vez mais nítida e pública, na medida em que o *aggiornamento* conciliar avança e constrói marcos referenciais para a vida ministerial por meio dos magistérios locais e das opções eclesiais da igreja local.

1. Em busca de novo modo de ser bispo

Não parece haver dúvidas de que nos tempos conciliares muitos bispos renovaram em suas vivências pessoais em suas práticas pastorais o que se compreendia ser esse ministério, segundo as orientações conciliares. Os processos de *aggiornamento* conciliar geraram *aggiornamentos* ministeriais em muitas igrejas locais, de modo particular na América Latina. Essas renovações revelam, por certo, uma ligação direta entre projetos de igrejas locais e exercício do ministério episcopal. Permanece válida em termos pastorais a orientação de Inácio de Antioquia que liga diretamente a presença do bispo com a presença da igreja. Novos modos de ser igreja se deram concomitantemente a novos modos de ser

bispo. Nesse sentido, pode-se dizer que os bispos proeminentes da renovação só podem ser entendidos de modo orgânico com suas igrejas locais. “A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”, explica Cuche (1999, p. 177). Portanto, é de dentro de sistemas sócio eclesiais concretos que se pode falar em identidades episcopais que se renovam. Não pode haver Pedro Casaldáliga sem a realidade amazônica de São Félix, Leonidas Proaño sem os índios de Riobamba e Paulo Evaristo sem a megalópole de São Paulo etc. Nesses contextos os bispos se localizam e são percebidos em seus papéis.

Os dados históricos revelam essa realidade identitária social e eclesial. Entretanto, não se pode incorrer na ingenuidade de pensar em uma mudança estrutural geral na igreja. A renovação do ministério episcopal não foi nem automática e canônica e nem geral. Muito ao contrário, após o Vaticano II o que se observou foi uma variedade de experiências que produziram o novo e reproduziram o passado dentro do mesmo corpo eclesial. As razões dessa diversidade serão comentadas logo abaixo. Aqui vale localizar as figuras renovadoras do ministério episcopal como um fato histórico visível e instigante para o que foi compreendido como exigência decorrente das renovações conciliares.

Personalidades episcopais renovadoras emergiram nos quadrantes de planeta e, de modo expressivo, na América Latina. A lista desses seria deveras grande e revelaria, de fato, figuras com perfis distintos e raros que vivenciaram a missão do pastor com grande radicalidade, mostrando-se original perante os perfis instituídos e consolidados no imaginário eclesial anterior. Os velhos príncipes da igreja deram lugar a muitos pastores identificados com os pobres e empenados em viver de maneira coerente a função do serviço ao povo de Deus. Dom Paulo Evaristo Arns foi um desses pastores. Nomeado para a função em 1966, há menos de um ano de encerramento do Concílio, foi aos poucos tornando-se referência de um modo novo de exercer o episcopado, na medida em que tomavam forma os projetos de renovação conciliar na igreja de São Paulo e que, os desafios sociais e políticos decorrentes da conjuntura política nacional se tornavam patentes nas estratégias repressoras do regime ditatorial. A matéria prima construtora dessa identidade advinha antes de tudo do Concílio e de suas

recepções na América Latina, de modo particular das decisões da Conferência de *Medellin*. Foi em nome do serviço aos seres humanos que afigurou e cresceu o bispo defensor dos direitos humanos, identificado com as causas dos pobres e empenhado a organizar um estilo de igreja participativa que envolvia de modo sinodal todos os sujeitos eclesiais.¹

A identidade episcopal estava em construção, tanto quanto as renovações eclesiais; tratava-se, de fato, de encontrar os modos mais coerentes de vivenciar as renovações conciliares pautadas por dois movimentos fundamentais: a fidelidade às fontes evangélicas e a sintonia com a realidade presente. As formas consolidadas da instituição episcopal – bem definidas canônica, política e esteticamente – situavam entre esses dois polos constitutivos da renovação conciliar (KÜNG, 1999, p. 130-149). A busca da fidelidade ao Evangelho e aos seres humanos concretos havia sido não somente um método de trabalho conciliar, mas se apresentava como princípio e método de toda renovação a que a igreja estava empenhada. Ser pastor fiel ao Concílio significava agora estar referenciado pelo pastor que veio para servir e não para ser servido (Mc 10, 45; GS 3) e empenhado em acolher os desafios advindos da realidade presente, de modo particular os clamores dos pobres. O bispo assim como toda missão da igreja localizava-se entre essa origem (as fontes do evangelho) e esse fim (o serviço à humanidade). As igrejas locais potencializadas pela autonomia decorrente de sua própria condição de presença da igreja universal buscavam as formas mais coerente de encarnar os propósitos conciliares e, juntamente com elas, os seus pastores. Havia, de fato, uma identidade a ser construída para a qual não bastavam os velhos padrões, seja da geopolítica de raiz romana para o conjunto da organização eclesial, seja da hierarcologia do poder sagrado para o exercício episcopal.

2. A construção das identidades

As identidades são sempre vivenciadas como papéis pessoais ou coletivos

1. Sobre as diversas facetas do perfil pessoal e ministerial de Dom Paulo conferir: WALDIR-TICÃO. *Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns*; pastor das periferias, dos pobres e da justiça. São Paulo: Casa da terceira idade Tereza Bugolin, 2015; BRIGHENTI, Agenor-TAMAYO, Juan J. (Orgs) *Dom Paulo: testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos pobres*. São Paulo: Paulinas, 2018.

em determinado contexto social; aí, elas são construídas e reconstruídas constantemente sempre em uma relação de trocas com outras de características distintas (CUCHE, 1999, p. 183). Como processo de construção, as identidades são formas de conciliar as objetivações instituídas – em valores e padrões – a as vivências presentes que as interiorizam e exteriorizam de modo mais ou menos direto e coerente. Isso significa que se trata sempre de um processo de construção que conta com disposições para conservar (repetir, reproduzir) e para inovar (ao interiorizar, assimilar ou rejeitar). Berger e Luckmann explicaram essa regra dos processos de construção social (2014). Portanto, no interior de um grupo social haverá sempre os mais ou menos ajustados no processo de socialização, segundo aquilo que se coloca como objetivação para o conjunto dos mesmos. As sociedades passam por transformações, na medida em que esse conjunto vai sendo refeito com novos modos de objetivação-interiorização-exteriorização ativados concomitantemente por indivíduos e grupos em suas dinâmicas relacionais e de influência mútua. As mudanças ocorrem, portanto, em um confronto de objetivações estabelecidas que vão sendo trocadas por outras, seja pela força de sujeitos e movimentos de mudanças. Não ocorre mudanças nas objetivações de modo repentino, mas, antes, em um processo que se distinguem as dimensões culturais (novas ideias), sociopolíticas (sujeitos envolvidos no movimento de mudança) e institucionais (as traduções das novas ideias em normas). A força dos sujeitos se associa diretamente à força das novas ideias que se mostram como relevantes para a preservação das instituições. A organização política dos sujeitos constrói gradativamente a viabilidade do novo e os meios de torná-lo realidade objetiva para todos e, por seguinte, regra para todos. Nessa dinâmica as mudanças ocorrem necessariamente antes de tudo no campo das ideias e, somente, depois chegam às instituições, embora não haja sequer garantias de que os projetos cheguem a ser efetivamente institucionalizados (CASTELLS, 2015, p. 353).

As objetivações oferecidas pelo Vaticano II expressam de modo preciso essa dinâmica das transformações sociais: elas aconteceram no campo das ideias e dos valores, criaram uma nova cultura eclesial, porém não foram traduzidos direta e imediatamente em novas regras capazes de formatar de modo canônico as identidades e os papéis no interior da igreja. Por essa razão, é necessário obser-

var uma inevitável luta por construção de identidades eclesiais, luta que poderia ser tipificada como identidades tradicionais em confronto com identidades de projeto (CASTELLS, 2001, p. 24-25), sendo que cada qual se referenciava por um conjunto de objetivações adotadas como normas comuns de vida. Se a teologia do laicato saiu redefinida do Concílio, a teologia do episcopado conservou ambiguidades que exigiram negociações teóricas e práticas nos tempos pós-conciliares. De fato, o resultado imediato foi uma negociação de modelos que se deu já no interior das discussões da assembleia conciliar e, evidentemente, nos textos aprovados: a) negociação entre teologia da hierarquia e teologia do povo de Deus; b) negociação entre teologia do papado e do episcopado; c) negociação entre funções de poder e de serviço; d) negociação entre ministério leigo e ministério ordenado. Os ajustes teóricos resultaram em uma síntese formal que pode ser observada como um sistema teológico coerente no qual se encaixam no conjunto da vida eclesial as diversas formas de ministérios, deixando, porém, diversidades não resolvidas no tocante às funções práticas desses distintos ministérios dentro da velha moldura eclesiástica tridentina e do Vaticano I. As sistematizações teóricas esconderam em sua suposta síntese, distinções de natureza teológica, estrutural e funcional. A teologia da colegialidade não recebeu a devida tradução organizacional, a função do serviço episcopal não foi igualmente traduzida em novas regras de vida e de exercício ministerial, a função do leigo permaneceu inserida em uma estrutura dependente dos clérigos. Um corpo institucional marcadamente burocrático e hierárquico permaneceu intacto e preservando-se como ordenamento legítimo, muitas vezes evitando e, até mesmo, contrapondo-se às renovações ministeriais.

Na era conciliar, a construção da identidade episcopal como qualquer outra se fez com mateiras disponíveis do passado e do presente; portanto com elementos conservadores reproduzidos de valores e práticas já estabelecidas e com novas teologias que exigiam novas formas de viver aquele ministério. Foi precisamente nessa zona de negociação entre o antigo e o novo que o ministério episcopal pós-conciliar conheceu suas renovações, ambiguidades e conflitos. As identidades são, de fato, processadas numa posição de relação, quando um polo identitário se reconhece sempre em relação a outro com o qual está em contato.

Identidade e alteridade são duas realidades inseparáveis. Nesse sentido, as novas identidades episcopais só poder ser reconhecidas em relação às antigas e vice-versa (CUCHE, 1999, p. 183).

3. Demarcadores identitários

As identidades são sempre construídas com elementos disponíveis do passado e do presente, envolvendo valores, poderes, imagens e estratégias (CASTELLS, 2001, p. 23). Trata-se de uma dinâmica regular dos processos de transformação social, no caso socio-eclesial, quando o novo se distingue e se confronta com o velho. Se nos processos de mudança social se dá como estratégia do possível, no *ethos* católico a negociação entre o passado e presente é, de fato, ainda mais evidente e necessária pelo caráter normativo da doutrina da tradição. A igreja se entende como transmissora fiel da *traditio*, de uma verdade herdada como herança do passado a ser transmitida no presente, sem rupturas e sem deformações (THEOBALD, 2015, p. 97-154). É no âmbito dessa norma que o novo é assumido como forma renovada do antigo, jamais como inédito, ainda que, na verdade, o seja. O Vaticano II abriu uma nova fase nessa compreensão em que incorporar o novo torna-se um ato legítimo e necessário para a igreja. Vale lembrar o ensinamento programático de João XXIII ao inaugurar o Concílio

Uma coisa é a substância do « depositum fidei », isto é, as verdades contidas na nossa doutrina, e outra é a formulação com que são enunciadas, conservando-lhes, contudo, o mesmo sentido e o mesmo alcance. Será preciso atribuir muita importância a esta forma e, se necessário, insistir com paciência, na sua elaboração (...). (In KLOPPENBURG, 1963).

A renovação estava instituída como necessária no âmbito da tradição. O desafio era, de fato, encontrar os modos de fazê-la, o que orientou as reflexões e decisões conciliares com relativa clareza e segurança, mas conheceu dias difíceis na fase de recepção na luta entre preservação e renovação em cada realidade particular (FAGGIOLI, 2013).

A identidade episcopal desafiada pela renovação não estava concluída nos textos conciliares, assim como nenhuma outra identidade a ser construída.

Disponha, com efeito, de referências antigas e novas, em franco prejuízo das novas em relação às antigas, tendo em vista não somente a instituição canônica do ministério e o sistema eclesiástico estruturado hierarquicamente, mas também a longa temporalidade do modelo que atravessara a história sem mudanças significativas. Após o Concílio, por certo, não houve grandes dúvidas sobre a identidade episcopal, ao mesmo no que constituía sua essência como sucessor apostólico e seu status jurídico como governador da jurisdição local. Foi, de fato, nessa zona de segurança que as renovações aconteceram, regidas mais pelas decisões voluntárias de cada qual, do que por um consenso coletivo que se impunha como regra renovadora.

a) Identidade episcopal pré-conciliar

A igreja pré-conciliar pode ser definida como sinônimo de hierarquia. A história que construiu e solidificou essa consciência é de longa temporalidade e as identidades constituídas em seu interior carregam camadas diversas de teologias e contextos históricos. Desdobrar esses aspectos exigiria tempo e páginas. Por ora basta lembrar que, no tocante, ao ministério episcopal o que chegou até o Vaticano II foi marcadamente definido como poder sagrado: a) caráter sacerdotal consolidado desde o século III como fundamento teológico do ministério (PARRA, 1991, p. 143-155); b) concepção de *potestas* assimilada do direito romano (TABORDA, 2012, p. 113-15). Em suma o bispo exerce uma função sacerdotal que liga Deus e a humanidade recebida no ato de ordenação e exerce a função individual governando uma igreja local. Essa função foi lida filosoficamente como estado particular ontologicamente distinto do estado laical. O Vaticano I reafirma essa condição e a coloca em uma relação de subalternidade ao Romano Pontífice. Cada bispo exerce um poder local que, depende, porém do poder central e máximo do Papa.

Essa identidade constituída e por séculos consolidada como “o modo de ser bispo” parece ter prevalecido em sua estética geral, na regulamentação canônica e no próprio exercício ministerial, não obstante às mudanças na teologia do episcopado trazidas pelo Concílio. Vale a esse respeito não somente a preservação de disposições canônicas pré-conciliares, mas a própria psicologia da conservação

tende a suplantar o desconforto da construção do novo. “A bem da verdade, onde que uma forte identidade tenha sido concretizada, e onde quer que ela esteja em vias de ser exterminada, uma disposição conservadora irá se fazer presente” (OAKESHOTT, 2020, p. 126). Ademais, os mecanismos reprodutores da função episcopal permaneceram intactos (QUINN, 2002). Foi no interior e a partir da identidade episcopal constituída havia séculos que o novo se instaurou como decisão nem sempre confortável à instituição por parte de muitos prelados.

b) Ensinaamentos conciliares

Na doutrina conciliar o ministério episcopal tem seu significado e missão próprios como serviço ao povo de Deus exercido em cada igreja particular e em comunhão com o sucessor de Pedro. Tem seu fundamento direto na missão delegada por Jesus Cristo aos Apóstolos (GS 21-24;27).

“Como vigários e legados de Cristo os bispos governam as igrejas particulares” (GS 27) e não devem ser considerados meros representantes do Papa em suas dioceses: “E porque gozam de um poder que lhes é próprio e com toda razão são chamados de chefe dos povos que eles governam, não dever ser considerados vigários do Romano Pontífice” (GS 27). O mesmo parágrafo sintetiza que se trata de um poder que é “próprio, ordinário e imediato”. O Concílio ensina ainda que essa função original e autônoma não tem significado de poder político principesco, como se entendia na cosmovisão da cristandade. Trata-se de um poder que é exercido unicamente como serviço; “...para edificar sua grei na verdade e na santidade, lembrados de que quem é o maior deve portar-se como o menor, e o que manda como quem serve (Cf. 22, 26-27)”

c) O Pacto das Catacumbas

A consciência de que a igreja é servidora da humanidade e, de modo especial dos pobres, tomou forma cada vez mais clara na assembleia conciliar, embora não tenha merecido uma nota específica sobre a questão. A Constituição *Gaudium et Spes* deixou consignado em seu Proêmio esse ensinamento. Essa percepção teológica foi assumida como projeto por um grupo de padres conciliares que a selaram em um pacto celebrado no dia 16 de novembro de 1965

na Catacumba de Santa Domitila. O *Pacto das Catacumbas* (BEOZZO, 2015), como ficou conhecido, estipulou em seus 13 pontos os parâmetros para a vivência do ministério episcopal na perspectiva da pobreza e da opção pelos pobres. Embora sem caráter normativo para o conjunto da Igreja, esses parâmetros desenhavam uma identidade episcopal que exigia ruptura com a imagem e a práxis de poder (*potestas*) em função do serviço, identificação com os pobres e abandono das pombas, das riquezas e privilégios, opção pelos pobres por meio de gestos e posturas de solidariedade e abandono de hábitos e gestos que ligassem aos ricos. O item 1 abre o Documento dizendo: “Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo o que se segue (Cf. Mt 5,3;6,33;820)”. E o item 13 encerra assumindo o compromisso perante as igrejas particulares: “Tornados às nossas dioceses respectivas, daremos a conhecer aos nossos diocesanos a nossa resolução, rogando-lhes ajudar-se por sua compreensão, seu concurso e suas preces. JUDE-NOS, DEUS A SERMOS FIÉS!”. A radicalidade do *Pacto* exigia, de fato, uma completa mudança dos modos de exercer o ministério episcopal e, por decorrência, uma completa mudança de hábito nos modos de viver a vida pessoal e pastoral. A teologia do serviço de inspiração e fonte evangélica fornecia as razões e os rumos desse exercício a ser construído na nova era conciliar, antes e acima de qualquer teologia ou imagem que aludisse a um tipo de poder superior.

d) Conferência de Medellín

A II conferência do Episcopado latino-americano recebeu o Vaticano II em sintonia com a realidade vivenciada pelos povos do continente. Uma nova identidade eclesial foi ao mesmo tempo assumida e impulsionada. Nessa perspectiva de sensibilidade à realidade histórica e de opção pelos pobres a função do bispo fez, de fato, a síntese entre o espírito conciliar da igreja servidora da humanidade e, de modo especial dos pobres, com as posições assumidas no *Pacto das Catacumbas*. No item 14 das Conclusões denominado Pobreza da Igreja, os bispos iniciam o parágrafo afirmando eu “Episcopado latino-americano não pode ficar indiferente perante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza...” (1) E

reconhecem a necessidade de conversão dentro das contradições constatadas, afirmando que “chega até nós as queixas de que a jerarquia, o clero, e os religiosos são ricos e aliados dos ricos” (14,1-2). No número 7 apresentam as exigências evangélicas da vida de pobreza por parte dos pastores:

Cristo, Nosso Salvador não apenas amou os pobres, mas “sendo rico se fez pobre”, viveu na pobreza, concentrou sua missão no anúncio da libertação dos pobres e fundou sua Igreja, como sinal dessa pobreza entre os homens (...) a presente situação exige, pois, dos bispos, sacerdotes, religiosos e leigos o espírito da pobreza (...) (14,7).

Medellín dá um passo adiante ao relacionar pobreza à que a igreja é chamada a vivenciar e situação de empobrecimento da América Latina. Entendem os bispos que pobreza não é simplesmente um “espírito” a ser adotado, mas identificação com a causa dos pobres. Por essa razão a pobreza “sinal e compromisso”. Sinal do valor dos pobres aos olhos de Deus e compromisso de solidariedade com os que sofrem (7). Contudo, nem o *Pacto das Catacumbas* e nem *Medellín* parecem ter percebido as consequências políticas da opção pelos pobres, o que logo se traduziu em conflito e exigiu, por conseguinte, resistência profética por parte dos bispos que assumiram essa opção, sendo que, alguns, pagaram com a própria vida o preço da nova identidade assumida.

Esses marcos identitários renovadores foram, ao mesmo tempo, pontos de chegada e pontos de partida de novas possibilidades de construções de identidades eclesiais acolhidas e provocadas pelo movimento conciliar. O *aggiornamento* sonhado por João XXIII assumia formas dentro da instituição milenar estruturada no modelo organizacional episcopal, mas sempre tensionada pelo serviço evangélico. Os bispos empenhados nessa mudança contavam, portanto, mais com o élan renovador advindo do Concílio que propriamente com uma imagem nova que se apresentasse concluída ou com uma normatização canônica. Dependeria, na verdade, de cada qual o esforço de encontrar os modos de exercer o serviço na simplicidade e na identificação com os pobres. Por dentro da arquitetura episcopal estabelecida muitos pastores se dedicaram a essa tarefa de reconstrução identitária; interiorizaram em suas práticas e hábitos os ideais

da renovação em franco confronto com a postura clássica do poder e puderam mostrar para a sociedade um jeito novo de ser bispo.

4. O perfil episcopal arnsiano

O bispo Paulo Evaristo Arns situa-se no centro do propósito fundador e fundante do Vaticano II que provoca permanentemente o encontro entre passado e presente, entre valores e práticas tradicionais herdadas do cristianismo e valores e práticas oriundas do mundo moderno. O citado discurso de João XXIII pautava de modo direto esse desafio e o processo conciliar se encaminhou por esse itinerário tenso e criativo (GS 4,11 e 44). Essa tensão que busca síntese antes, durante e depois do Concílio, reproduz a própria vocação do cristianismo que desde suas origens optou pela via histórica rejeitando, a via gnóstica centrada na salvação realizada por meio da ideia (HANRY, 2014, p. 15-35). As sínteses eclesiais foram construídas sempre nessa tensão entre modelos do passado e modelos do presente, criando situações inéditas para as zonas de conforto eclesiais. A conservação do passado e, como bem sinaliza Oakeshott, é sempre mais segura que a assimilação do novo, por natureza imprevisível e arriscada (2020, p.115-124). As novas identidades episcopais que emergem nas igrejas locais revelavam essas tensões não somente na práxis ministerial, mas também nas próprias personalidades que se destacam com seus projetos eclesiais. Os padrões eclesiásticos clássicos habitaram em seus corpos bem estruturados elementos novos, para muitos desestruturador das verdades essenciais a serem preservadas. O novo vestido de antigo ou vice-versa caracterizaram os bispos da era conciliar e revelaram as tensões inerentes às novas construções. Os impactos estéticos foram vários, porém de menor importância que as mudanças de postura que caracterizavam esses personagens: alguns retiram por completo o traje eclesiástico, outros o simplificaram e outros o mantiveram; todos, porém, incorporaram um novo modo de ser pastor tendo como marca a superação da mentalidade e da postura de poder em prol do serviço. Paulo Evaristo não havia participado diretamente do evento conciliar e nem da celebração do Pacto das Catacumbas. No entanto, sua vida e ministério encarnaram de fora clara e coerente essas referências e revelaram a possibilidade de construção do novo no âmbito do antigo.

a) O frade menor Cardeal

Dom Paulo Evaristo Arns manteve sob os trajes cardinalícios o pastor de serviço radical aos desvalidos, sem concepções às pressões advindas dos poderes políticos e eclesiásticos. De frade franciscano menor eleva-se como bispo auxiliar que ensaia uma postura crítica perante os perseguidos da ditadura e consolida-se como bispos dos pobres e dos direitos humanos. Sua personalidade vai agregando de modo cada vez mais natural e demarcado o perfil episcopal desenhado pelo Pacto das Catacumbas, agregando, porém, ao ministério uma dimensão profética inédita. Desfaz a fronteira diplomática do eclesial e do político, apresentando-se como pastor dos seres humanos humilhado social, política e economicamente. Não teve medo das ambiguidades e das contradições inerentes à postura profética e assumiu a dianteira nacional de defesa dos direitos humanos, quando os tempos de chumbo pesavam sobre a não e ameaçava com a morte os opositores. Por certo é necessário constatar que a própria biografia do filho de agricultores de Forquilha segue um curso que expõem para o olhar retrospectivo o perfil do futuro bispo: a origem simples rural, a mística franciscana, a formação humanista, o doutorado em Paris, a pastoral nas favelas de Petrópolis, o bispo auxiliar na zona norte de São Paulo não são meras fases de uma vida, mas fornece as bases para o que assumiu como modo de ser e de viver o ministério como serviço. A vida lhe proporcionou conhecimento e sabedoria, auridas da mística e da academia, permitindo-lhe discernimento e sagacidade política nos confrontos com os poderes ditatórias, sensibilidade para com os sofredores e acolhida das diferenças culturais e religiosas.

b) Traços de um ministério pastoral

O pastor que cuida das ovelhas inspirado pelo evangelho, o serviço à humanidade afirmado pelo Vaticano II, concretizado na opção pelos pobres e na defesa da liberdade e dos direitos humanos, ganhou estatura gigante no Cardeal franciscano. Sua pessoa e ministério sintetizavam qualidades e posturas que nem sempre se encontram em um personagem investido de poder eclesiástico e cobrado por muitos a manter neutralidade social e política em nome de um suposto irenismo ou de uma teologia da comunhão eclesial. Como outros de sua geração,

Dom Paulo se destacou da multidão comum de bispos da era conciliar que, cada vez mais, incorporaram os velhos papéis estabelecidos, na medida em que a renovação conciliar era reinterpretada (LIBÂNIO, 1984). A vida e a obra de Dom Paulo testemunham uma opção que revela a síntese de dimensões nem sempre conciliáveis, mas que em sua personalidade se expressavam com espontaneidade e coerência, tais como:

1ª. *A relação complementar entre a tradição cristã e as ciências modernas*: o frade doutor em letras clássicas e patrologia pela secularizada Sorbone transitava epistemologicamente entre esses territórios com grande naturalidade; repetia a importância do contato com o pensamento moderno naquela *alma mater* e dialogava com maestria com os profissionais das diversas áreas e, de modo, prazeroso com os meios de comunicação. A relação entre fé e razão encontrou em seu ministério um lugar que foi além da clássica moldura escolástica e possibilitou trânsitos para si e para os seus assessores e profissionais das instituições de ensino sob sua responsabilidade.

2ª *A síntese sacerdócio-profecia*: esses tipos de liderança eclesial bem descritos por Pierre Bourdieu na forma de oposição, encontrou em Dom Paulo os modos de articular e conviver como posturas do mesmo pastor. Se o sacerdote existe para preservar a estrutura e o profeta para renovar (2003. p. 60-90), essas posturas operaram no Cardeal dos pobres sem conflitos e dramas. A profecia fluía por dentro do sacerdócio ministerial e dava-lhe a própria razão de ser da função exercida. Não salvou a função eclesial com concessões às urgências da justiça e soube como poucos renovar sem negar a longa tradição.

3ª *A mística e a militância*: será inútil buscar em Dom Paulo linhas divisórias que separem as dimensões mística e política. O que os teóricos costumam distinguir, no pastor que cuida dos pequenos se encontra inseparável. Seu redil vai além das fronteiras eclesiais e confessionais; identifica-se com o humano ao qual é impelido a cuidar. Sem fronteiras canônicas e políticas avançou sobre os lobos que a ameaçavam com as armas da razão e da fé e com as estratégias políticas, em cima dos altares, nos meios de comunicação e nas tribunas políticas. A mística do serviço à humanidade na imitação do Cristo pastor foi sua trilha

permanente, sem os medos comuns que acompanha as figuras públicas. A denúncia destemida dos mecanismos opressores e geradores de pobreza foi assumida como missão pastoral e tornou-se emblemática para muitos dos seus pares e linha de frente para ateus e crentes defensores dos direitos humanos.

4ª *Pobreza e opção pelos pobres*: a mística franciscana da pobreza de que era signatário o acompanhou por toda vida nos gestos e nos hábitos de simplicidade. Vivenciou esse dom na perspectiva do *Pacto das Catacumbas* e de *Medellín* – como relação inseparável entre vida de pobreza e opção pelos pobres. Não cedeu às possibilidades de vida principesca ou burguesa e não fez concessões a tudo o que advinha de consequências sociais e políticas da opção pelos excluídos e desprotegidos. Saiu do Palácio episcopal e assumiu as periferias como território primordial da evangelização; defendeu os pobres e os perseguidos políticos como ovelhas de seu rebanho.

5ª *O realismo e a esperança*: foi o clima e a mola indutora de sua vida marcada por conflitos dentro e fora da igreja. Não é necessário lembrar a saga heroica de Dom Paulo no que se refere às calúnias e retaliações por ele sofrida, desde às ameaças de morte pelos profissionais da ditadura militar até a divisão da arquidiocese em um processo arbitrariamente imposto. O realismo perante as conjunturas e problemas era expresso na crítica contundente que não fazia concessões. Oferecia profeticamente as denúncias às contradições sociais e políticas e o anúncio de que o novo era possível. Nunca desistiu e nunca perdeu a esperança, sabedor que era das consequências políticas de sus declarações e ações. Seu lema episcopal *De esperança em esperança* se fez valer, de realidade em realidade no dia a dia de seu longo ministério.

Esses não são mais que alguns traços de uma personalidade complexa que se destacou no episcopado nacional como ícone da renovação e como postura de defesa dos direitos sociais e das liberdades. O Cardeal Arns viveu suas convicções sem medo do conflito e com extraordinária liderança dentro de seu rebanho diocesano e na sociedade brasileira que buscava os caminhos de democratização ceifados pelo regime ditatorial. Soube tecer a si mesmo em meio aos desafios advindos da realidade e com os valores do evangelho, sem conformar-se ao que

se impunha como papel tradicional para os líderes eclesiais.

Considerações finais

As identidades pessoais e profissionais são construídas dentro das objetivações sociais na dialética entre interiorização e exteriorização dos valores e modelos por elas instituídos como padrão e norma. O Vaticano II instituiu novas objetivações eclesiais: feitas de valores e sujeitos que se empenha na causa do *aggiornamento* da igreja no mundo atual. As renovações no âmbito das ideias desafiaram os sujeitos a novas formas de vivência e organização. O episcopado constituiu, evidentemente, um dos itens da renovação, o que gerou uma leva de personagens renovados no decorrer dos anos a que sucederam a conclusão do evento. Paulo Evaristo Arns foi um desses personagens autoconstruídos dentro das novas referências, em franca negociação com os parâmetros anteriores que formatavam de modo inequívoco a personalidade episcopal.

E, na medida em que as decisões conciliares sofriam reveses, os bispos renovados eram, cada vez mais, colocados sob a suspeita de correção pastoral e até teológica. Não faltaram estratégias de intervenção que visavam trazer de volta a velha identidade episcopal, marcadamente baseada na *potestas* e na dependência direta ao Pontífice, sob os aspectos jurídicos, pastorais e até mesmo de uma uniformidade estética.

Longe de constituir realidades consolidadas e imutáveis, as identidades são construções permanentes que se dão no interior das trocas sociais e simbólicas (CUCHE, 1999, p. 183). O Concílio se encontra em plena recepção e no interior dessa dinâmica os esforços de reconstrução das identidades episcopais. O Papa Francisco reconhece essa urgência em sua Exortação programática *Evangelii gaudium*. Na *igreja em saída* o bispo há que sair da estabilidade ontológica do poder e buscar uma identidade baseada no serviço. A renovação do ministério episcopal nasce do evangelho e da fidelidade à realidade local e é parte da “renovação eclesial inadiável” (27). A ligação vinculante entre bispo e igreja (povo de Deus) é retomada por Francisco como caminho e meta da renovação que brota do Concílio. A identidade episcopal não constitui um poder em si mesmo desvinculado da comunidade eclesial, mas se faz no exercício da comunhão com

a mesma e na inserção serviçal no interior do rebanho que o ajuda a encontrar os caminhos coerentes do pastoreio (31).

Na América Latina, essa renovação inadiável da igreja se fez juntamente com muitos pastores. As orientações e práticas do Papa Francisco hoje fazem justiça às opções de vida de pastoreio de Dom Paulo. O que fora visto como estranho e heterodoxo pelo staff curial romano, se encontra hoje instalado no trono de Pedro. O que serviu de escândalo para os donos do poder político e do dinheiro é hoje transformado em ensinamento comum da igreja. Por certo, na perspectiva do método conciliar, nenhum sujeito eclesial se encontra acabado, mas, ao contrário, em permanente construção, alimentado pelas fontes do Evangelho e pelos desafios advindos da realidade presente. As faturas renovadoras do Vaticano II continuarão chegando aos clérigos bem alojados em suas posições hierárquicas e incomodando os defensores das distinções ontológicas entre os sagrados e profanos.

Referências

- BEOZZO, José Oscar. *Pacto das Catacumbas*; por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BERGER, Peter-LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*; tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CELAM, *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*. Conclusões de Medellín. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.
- FAGGIOLI, Massimo; *Vaticano II*; a luta pelo sentido. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- HANRY, Michel. *Encarnação*. Uma filosofia da carne. São Paulo: É realizações, 2014.
- KLOPPENBURG, B. *Concílio Vaticano II*, V. 2. Petrópolis: Vozes, 1963.

- KÜNG, Hans. *Teologia a caminho*; fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.
- LIBÂNIO, J. Batista. *A volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1984.
- OAKESHOTT, Michael. *Conservadorismo*. Belo Horizonte: Æyiné, 2020.
- PARRA, Alberto. *Os ministérios na Igreja dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- QUINN, John R. *Reforma do papado*; indispensável para a unidade cristã. Aparecida: Santuário, 2002.
- TABOREDA, Francisco. *A Igreja e seus ministérios*; uma teologia do ministério ordenado. São Paulus: Paulus, 2012.
- THEOBALD, Christoph. *A recepção do Concílio Vaticano II*. Vol. I, Acesso à fonte. São Leopoldo: Unisinos, 2015.